



CHILD FUND BRASIL
CNPJ: 17.271.925/0001-70

BALANÇO PATRIMONIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
		Reapresentado			Reapresentado
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de caixa (nota 4)...	770	850	Fornecedores.....	101	74
Adiantamento a funcionários.....	24	68	Ordenados e Salários a Pagar (nota 9)...	1	2
Adiantamento a terceiros (nota 5).....	61	57	Impostos e contribuições a recolher.....	84	110
Estoque (nota 6).....	82	42	Doações a repassar (nota 10).....	715	420
Despesas do exercício seguinte.....	7	6	Contribuições a repassar (nota 11).....	698	609
INSS a recuperar.....	-	2	Provisão de férias e encargos (nota 12).....	260	253
Creditos a Receber.....	35	-	Total do passivo circulante.....	1.859	1.468
Recieb. a Serem Destinados.....	372	-	NÃO CIRCULANTE		
Total do ativo circulante.....	1.351	1.025	Patrimônio Social (nota 13).....	840	1.439
NÃO CIRCULANTE			Reserva de Reavaliação.....	3.078	3.181
Propriedades para investimento (nota 3.J).....	-	-	Déficit (superávit) acumulado.....	(113)	(599)
Imobilizado (nota 7).....	4.253	4.238	Total do Patrimônio Social.....	3.805	4.021
Intangível (nota 8).....	60	226			
TOTAL DO ATIVO.....	5.664	5.489	TOTAL DO PASSIVO.....	5.664	5.489

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em reais)

Composição	Patrimônio		Reservas de reavaliação	Superávit / (Déficit) acumulado	Total
	social	total			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.474	3.644		(35)	5.083
Incorporação do superávit acumulado	(35)			35	-
Realização da reserva de reavaliação		(463)	463		-
Déficit do exercício				(1.062)	(1.062)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.439	3.181		(599)	4.021
Incorporação do déficit acumulado	(599)			599	-
Realização da reserva de reavaliação		(103)	103		-
Déficit do período				(217)	(217)
Ajuste déficit período anterior				1	1
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	840	3.078		(113)	3.805

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O ChildFund Brasil - Fundo para Crianças é uma entidade de assistência social de direito privado e sem fins lucrativos organizada sob a forma de associação de fins não econômicos, com atividade preponderante na área social, conforme o artigo 4º. Do Estatuto Social. Tem como objetivo realizar ações socioassistenciais de atendimento de forma continuada, permanente e planejada, por meio da prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidas a famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade do risco social e pessoal, de forma gratuita, sem distinção de raça, cor, credo religioso ou político. Sua Administração é composta por Conselho de Administração, Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

Foi constituído em 30 de agosto de 1966 e possui reconhecimento de utilidade pública em âmbitos Federal, Estadual e Municipal conforme Lei Federal nº 91/1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517/1961 e atendendo os critérios da Lei nº 13.019/2014. Registrado no Conselho Municipal de Assistência Social, Registrado no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, com Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), em análise do triênio 01/01/2018 a 31/12/2021 no MDS protocolado em 07/12/2017. Ademais mantém Certificado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte - CMDCA/BH sob o nº 00086/01.

Para manutenção do título, a Entidade está obrigada a apresentar anualmente o relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano anterior acompanhado das respectivas demonstrações financeiras.

Com atuação em seis estados (Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Goiás, Amazonas, Bahia e Piauí) apoia, técnica e financeiramente, entidades que desenvolvem programas de atendimento a crianças, adolescentes, famílias e comunidades em situação de risco social em regiões urbanas e rurais, como creches, escolas e centro de serviços, de acordo com as políticas básicas de atendimento determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e Convenção Internacional dos Direitos da Criança. A ênfase maior do trabalho do ChildFund Brasil está no processo de socialização, com a participação da família e da comunidade.

O ChildFund Brasil atua em mais de 50 municípios. Atende mais de 42 mil crianças, jovens e adolescentes apadrinhados e não apadrinhados, junto a organizações sociais parceiras. É mantido exclusivamente pelo sistema de apadrinhamento e de doações individuais de grupos de pessoas e empresas.

O ChildFund Brasil implementou em 2017 programas e projetos sociais, por meio de parcerias e finalizou o ano com 44 organizações sociais parceiras, com entidades em comunidades em regiões urbanas e rurais, localizadas nos 8 estados atendidos, beneficiando cerca de 140 mil pessoas que vivem cotidianamente situações de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social. As organizações que compõem a rede de parceiros são de caráter comunitário, geralmente formado por conselhos de pais, creches e grupos de apoio à criança e ao adolescente.

O ChildFund Brasil traçou para o quadriênio 2017-2024 uma estratégia de atuação baseada em uma profunda análise da pobreza infantil no Brasil. Trata-se da Estratégia de Desenvolvimento Social, norteadas nos ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Estratégia do ChildFund International, PNAS - Política Nacional de Assistência Social, dos conceitos de Privação, Exclusão e Vulnerabilidade (PEV) e do PEA - Planejamento Estratégico de Área junto às próprias crianças, adolescentes, jovens e suas famílias sobre a pobreza infantil. Os principais programas desenvolvidos: 1- Primeira Infância Saudável e Protegida, 2- Crianças e Adolescentes Saudáveis e Confiantes, 3- Jovens Capacitados e Participativos. Dentro dos 3 programas os projetos executados têm como base metodológica as tecnologias sociais: Olhares em Foco, Casinha de Cultura, Aflatoun, Animador Comunitário, Gold, MJPOP, Terapia Comunitária Integrativa, Claves, Kit Família Fortalecida e Luta pela Paz.

A Entidade possui aproximadamente 34 mil crianças apadrinhadas em 2017: 8 mil crianças apadrinhadas por brasileiros e 26 mil crianças por estrangeiros (35 mil crianças apadrinhadas em 2016: 8 mil crianças apadrinhadas por brasileiros e 27 mil crianças por estrangeiros).

A queda do número de crianças apadrinhadas por estrangeiros reflete uma tendência mundial de redirecionamento das doações em virtude do atual cenário econômico financeiro do Brasil. Assim percebe-se uma migração das doações estrangeiras para países considerados mais pobres. Com relação ao apadrinhamento brasileiro, a queda refere-se à exclusão no banco de dados do ChildFund, de padrinhos que não haviam efetuado pagamentos por período superior a um ano.

O desafio do ChildFund Brasil é a busca pelo crescimento do apadrinhamento nacional para suprir as perdas dos padrinhos estrangeiros, buscando novos parceiros neste mercado.

A Entidade, em conformidade com o seu estatuto social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit como lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos refletidos, devidamente, em seus demonstrativos financeiros.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1 Declaração de Conformidade
As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000). A Entidade está sujeita ainda à observância da Interpretação, NBC ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros, do Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de mensuração
As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da ChildFund Brasil. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Vida útil dos ativos - Notas 3.c e 3.d
- Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - Nota 3.c
- Provisões e contingências - Nota 3.e
- Ajuste a valor presente - Nota 3.g
- Reconhecimento dos trabalhos voluntários - Nota 3.h

2.5 Apropriação das demonstrações financeiras
A Administração da ChildFund Brasil autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 20 de abril de 2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.6 Critérios Contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo as observações contidas na Nota 3.j - Políticas Contábeis e Mudança de Estimativa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis adotadas pela ChildFund Brasil na elaboração das demonstrações financeiras são como seguem:

	2017	2016
Catálogo Nacional	20	57
Adiantamento Desenvolvimento Social	5	0
Adiantamento Fornecedor	36	0
Total	61	57

Os recursos de parceiras decorrem basicamente de doações referentes a campanhas do ChildFund Brasil e ChildFund Internacional.

6. ESTOQUE
Os valores na rubrica de estoque de terceiros, estão registrados pelo valor justo e referem-se a projeto executado em parceria com P&G - Procter & Gamble. Os itens estocados são saches individuais utilizados no projeto "Água Pura para Crianças". Os mesmos são distribuídos mensalmente para as famílias das comunidades através das Organizações Parceiras.

Em 31 de dezembro de 2016 está demonstrado abaixo:

	2017	2016
Estoque Inicial	42	89

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
RECEITAS ORDINÁRIAS		
Doações internacionais (nota 15).....	16.804	20.953
Doações nacionais (nota 15).....	6.229	6.116
Convênio Corporativo - Telefônica - (nota 16).....	83	80
Convênios Corporativos - P&G - (nota 16).....	479	303
Trabalho Voluntário - (nota 19).....	36	29
	23.631	27.481
DESPESAS CONCESSÃO DE GRATUIDADES		
Gratuidades (nota 17).....	(17.905)	(22.342)
SUPERÁVIT ORDINÁRIO	5.726	5.139
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Pessoal e encargos.....	(2.648)	(2.583)
Impostos e taxas.....	(8)	(12)
Serviços de terceiros.....	(863)	(1.053)
Despesas Melhor de Mim (Telefônica).....	(83)	(80)
Despesas P&G.....	(365)	(282)
Renúncia Fiscal - Despesas Contribuição Previdenciária - (nota 23).....	(706)	(647)
Renúncia Fiscal - Receita Contribuição Previdenciária - (nota 23).....	706	647
Receitas distribuição saches P&G.....	84	101
Despesas distribuição saches P&G.....	(84)	(101)
Despesas Trabalho Voluntário.....	(36)	(29)
Despesas com depreciação e amortização (nota 21).....	(390)	(393)
Despesas com viagens.....	(551)	(528)
Despesas Postais.....	(158)	(198)
Despesas c/taxas e condomínio.....	(165)	(149)
Despesas c/taxas e contribuições.....	(119)	(100)
Despesas c/ telecomunicações.....	(93)	(80)
Despesas c/ energia elétrica.....	(54)	(63)
Despesas gerais (nota 20).....	(344)	(551)
Receitas financeiras.....	11	3
Despesas financeiras.....	(238)	(216)
Receitas de alugueis (nota 22).....	111	142
Alienação ou baixas de bens ativo imobilizado.....	-	-
Outras Receitas (Despesas).....	(14)	(29)
	(5.943)	(6.201)
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(217)	(1.062)

Distribuídos	(85)	(199)
Baixa perda	-	-
Recebidos	125	152
Estoque Final	82	42

7. IMOBILIZADO
Todos os bens imobilizados da Entidade, incluindo o grupo de edificações, foram reavaliados conforme Laudo de Reavaliação emitido pela empresa Dhsa Auditores Associados, no 481, datado de 31 de outubro de 2006, quando suas taxas de depreciação, vida útil remanescente e valores foram ajustados conforme laudo. Ademais a Entidade optou pela não adoção do custo atribuído (deemed cost) aos seus ativos imobilizados conforme facultado pelo CPC 27 e ICP-10.

Taxa de depreciação ao ano %	2017	2016
		Reapresentado
Terrenos	1,154	1,154
Edificações	2,5% a 4,0%	4,006
Máquinas e equipamentos	8,0% a 11,0%	165
Móveis e utensílios	8,0% a 10,0%	36
Veículos	6,0% a 20%	375
Computadores e periféricos	11% a 25%	324
	6,060	5,958
Depreciação/Amortização acumulada	(1.807)	(1.720)
	4.253	4.238

Conforme item 57 do CPC 27, a Entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgastes e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

A movimentação do imobilizado nos exercícios de 2017 e 2016, estão assim representados:

	Custo	Depreciação	Líquido
Saldo em 31/12/2015	2.233	(703)	1.530
Aquisições	93		93
Baixas	(391)		(391)
Depreciação		(113)	(113)
Saldo em 31/12/2016	1.935	(816)	1.119
Aquisições	245		245
Baixas	(114)		(114)
Transferências	3.393		3.393
Depreciação		(390)	(390)
Saldo em 31/12/2017	5.459	(1.206)	4.253

Com o objetivo de melhorar seus processos de gestão, em 2010 o ChildFund Brasil iniciou o processo de implementação do software de gestão integrada Peoplesoft doado pela empresa Oracle Sistemas do Brasil, em Maio de 2009. Desde seu início, a Entidade incorreu em gastos no montante de R\$ 809 mil, no processo de implantação do sistema.

A posição do intangível, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	Taxa de amortização ao ano %	2017	2016
Softwares	20%	141	140
Software PeopleSoft	20%	809	809
		950	949
		(890)	(723)
Amortização acumulada			60
Saldo em 31/12/2017			226

A movimentação do intangível nos exercícios de 2017 e 2016 está assim representados:

	Custo	Depreciação	Líquido
Saldo em 31/12/2015	949	(556)	393
Aquisições		(167)	(167)
Amortização		(723)	(723)
Saldo em 31/12/2016	949	(723)	226
Aquisições	1		1
Amortização		(168)	(168)
Saldo em 31/12/2017	950	(891)	59

9. ORDENADOS E SALÁRIOS A PAGAR
A partir de julho de 2015, a Entidade alterou a data de pagamento de salário dos seus funcionários para o dia 25 do mês de competência, de forma que desde a referida data, esta conta passou a registrar a baixa do saldo a pagar nos fechamentos de cada mês.

10. DOAÇÕES A REPASSAR
No momento do recebimento das doações, os valores são registrados na rubrica "Doações a repassar". Ao serem identificados, estes são reclassificados de acordo com sua natureza.

Eventualmente, o saldo residual desta conta, refere-se a recursos ainda em processo de reconhecimento.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo residual foi de R\$ 714 mil (R\$ 420 mil em 2016), conforme a seguir:

	2017	2016
Saldo anterior	420	457
Doações recebidas	12.945	11.915
Devolução de doações	(9)	(4)
Doações recebidas e identificadas conforme sua natureza	(12.641)	(11.948)
Saldo final	715	420

O ChildFund Brasil controla em contas patrimoniais os efeitos de gratuidade dos presentes de padrinhos destinados às crianças apadrinhadas (DFC's - Designated Fund Certificate), mantendo em seu passivo circulante os valores arrecadados para posterior repasse.

O saldo de DFC's repassado no exercício foi:

	2017	2016
DFC's de doações internacionais	3.308	3.878
DFC's de doações nacionais	1.356	1.278
	4.664	5.156

11. CONTRIBUIÇÕES A REPASSAR
A Entidade reconhece as contribuições quando há segurança de que cumprirá as condições estabelecidas pelos parceiros e de que a subvenção será recebida ou quando já foi recebida. Em 31 de dezembro a Entidade possuía em seus livros os seguintes registros:

	2017	2016
Contribuições a apropriar passiva	14	13
Contribuição campanha Catalogo	-	162
Contribuição campanha Fundação Amazonas	-	7
Contribuição Projeto Melhor de Mim	-	83
Contribuição Projeto P&G	82	43
Subsídios retidos a repassar	602	301
Total das contribuições a realizar	698	609

12. PROVISÕES DE FÉRIAS E ENCARGOS
A posição de provisão de férias e encargos, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	2017	2016
Provisão para férias	241	234
Encargos s/ férias	19	19
	260	253

13. PATRIMÔNIO SOCIAL
Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica "Superávit/Déficit acumulado", enquanto não aprovados pela Assembleia Geral e, após a sua aprovação, são incorporados à conta de Patrimônio Social.

O patrimônio social da Entidade em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 840 mil, representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo aumentado ou reduzido anualmente em função do superávit ou déficit apurado.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em reais)

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos		
Doações e Parcerias.....	23.631	27.481
Alugueis.....	111	142
Recebimento de Juros.....	11	3
Outras Receitas.....	2	8
	23.755	27.634

Pagamentos

Fornecedores..... (3.663) (3.007)

Salários e Ordenados..... (3.880) (3.937)

Impostos e Contribuições..... (8) (12)

Tarifas bancárias..... (238) (216)

Subsídios para projetos..... (16.038) (20.796)

Outros Pagamentos..... (72) (75)

(23.899) (28.043)

CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO)		
PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(144)	(409)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento pela Desapropriação Imóvel.....	-	309
Recebimento pela Venda de Imobilizado.....	64	34
Pagamento pela Compra de Imobilizado e Intangível.....	-	(83)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO)		
PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS.....	64	260
(Redução) Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa.....	(80)	(149)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício.....	850	999
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício.....	770	850
(Redução) Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa.....	(80)	(149)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os resultados apurados foram, respectivamente, déficits de R\$ 217 mil e de R\$ 1.062 mil.

14. DOAÇÕES
A Entidade recebeu doações e subvenções durante o exercício registradas em contas de receita da seguinte forma:

	2017	2016
Subsídios internacionais	11.275	14.189
Verbas do orçamento operacional	3.127	3.909
Verba PEF - Partners Effective Funds	2.373	2.854
Outras doações recebidas	30	1

ChildFund
Brasil
Fundo para Crianças

CHILDFUND BRASIL
CNPJ: 17.271.925/0001-70

e Fiscal. Nos Grupos de trabalho são classificados os trabalhos voluntários dos participantes do Grupo de Trabalho de Finanças, Compliance, Recursos Humanos e Desenvolvimento Social. Na Gestão são classificados os trabalhos voluntários dos Comitês. Os trabalhos voluntários do Grupo Governança foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado para o cargo.

	Reuniões	Participantes	Horas
2017			
Governança	2	15	16
2016			
Governança	2	12	16

Os valores apresentados na demonstração dos resultados estão assim compostos:

	2017	2016
Governança	36	29
Despesas c/ reuniões, conferências e eventos	25	63

19. DESPESAS GERAIS
O grupo de despesas gerais considera diversas despesas necessárias à operacionalidade da Entidade, sendo as mais relevantes:

	2017	2016
Despesas entre escritórios	-	73
Despesas c/ reuniões, conferências e eventos	25	63

Despesas c/ material de escritório	17	18
Despesas c/ alimentação	35	38
Despesas c/ manutenção de instalações e equipamentos	31	38
Despesas c/ material de limpeza/higiene	11	17
Despesas c/ combustíveis	10	9
Despesas c/ estacionamento	15	18
Despesas c/ aluguel	2	7
Despesas c/ fotocópias	14	20
Bens de pequeno valor	10	11
Despesas c/ condução	39	52
Prêmio seguro	3	4
Publicações/publicidade	15	46
Brindes e presentes	8	18
Outras	109	119
	344	551

20. DESPESAS COM DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO
Conforme mencionado na Nota nº 25, em 03 de outubro de 2014, a Entidade teve toda a sua documentação fiscal referente aos exercícios de 2010 e 2011 destruídas por incêndio ocorrido nas instalações de prestador. A Administração da Entidade informou-nos que não houve perdas econômicas decorrentes desse sinistro e que é baixa a probabilidade de que sejam futuramente detectadas e mensuradas novas perdas decorrentes desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada com relação a este assunto.

Outros assuntos
As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ora apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório não modificado datado de 31 de março de 2017, e contém ênfase quanto ao mesmo assunto descrito no item acima.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A Administração do ChildFund Brasil, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não tivemos acesso ao relatório da administração até o encerramento de nossos trabalhos

de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação do ChildFund Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação do ChildFund Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação do ChildFund Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação do ChildFund Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

transferida para a rubrica "Déficit ou Superávit acumulado no Patrimônio Líquido". Os efeitos de depreciação correspondentes à reavaliação e ao custo original no resultado do exercício podem ser assim demonstrados:

	2017	2016
Despesas de depreciações (custo líquido)	119	109
Despesas de amortizações (software)	168	166
Despesas de depreciações/amortizações (custo reavaliado)	103	118
	390	393

21. RECEITAS DE ALUGUÉIS
As receitas de aluguéis são oriundas de imóveis situados em Minas Gerais e Ceará. Em novembro de 2013, os imóveis CEIA e CEDI foram cedidos em comodato à Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza.

	2017	2016
Salas do Edifício Work Center - BH	102	142
Salas/Vaga garagem do Edifício Top Center - Fortaleza	9	
	111	142

22. RENÚNCIA FISCAL
Em função da isenção tributária quanto ao INSS patronal, por se tratar de Entidade sem fins econômicos, devidamente regularizada nos órgãos normativos, o ChildFund Brasil se beneficiou dos seguintes montantes de isenção nos exercícios de 2017 e 2016:

	2017	2016
INSS Patronal - Fopag	636	573
INSS Patronal - Autônomos	55	59
INSS Patronal - Cooperativas	15	15
	706	647

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

e, portanto, não temos nada a relatar a respeito disso.
Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A Administração do ChildFund Brasil, é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da ChildFund Brasil, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o ChildFund Brasil, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do ChildFund Brasil, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:
Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

24. SEGUROS
Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade mantinha cobertura de seguros para seu imóvel em montante considerado pela mesma suficiente para cobrir eventuais sinistros.

25. INCÊNDIO NA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE GUARDA DE DOCUMENTAÇÃO DO CHILDFUND BRASIL
Em 03 de outubro de 2014, a Menopvip teve parte das instalações de sua sede incendiada (Laudo pericial 0000542/15 da Primeira Delegacia da Polícia Civil/Contagem) que resultou na queima, com consequente perda total da documentação fiscal no período de 2010 e 2011.

A Administração entende que é baixa a probabilidade de que sejam futuramente detectadas e mensuradas novas perdas decorrentes desse assunto.
Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2017
Eduardo Henrique Ramalho França - Gerente Financeiro
Sérgio Alexandre dos Santos Filho - Contador CRC MG 108686/O-8

de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação do ChildFund Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação do ChildFund Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação do ChildFund Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação do ChildFund Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação do ChildFund Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



ANUNCIE AQUI (31) 3236-8001

BALANÇO PATRIMONIAL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPELINHA/MG - APAE CNPJ: 00.331.924/0001-70		
ATIVO		
EXERCÍCIO 2016		
ATIVO		564.690,32
CIRCULANTE		105.248,16
Disponível		105.248,16
Caixa		0,00
Bancos c/Movimento		8.072,83
Aplicações Financeiras		97.175,33
Créditos/ Estoques		
Adiantamentos		
Créditos a Receber		
Convênios/ Contrib. a Receber		
Estoque/Almoxarifado		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		459.442,16
Imobilizado		
Bens do Ativo Fixo Assistência Social	250.468,66	
Bens do Ativo Fixo Educação	208.973,50	
(-) Depreciação Acumuladas Assistência Social	(50.238,25)	
(-) Depreciação Acumuladas Educação	(50.392,36)	459.442,16
TOTAL DO ATIVO		564.690,32
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores		
Obrigações Sociais/Fiscais		
Provisões/Contas a Pagar		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		564.690,32
Patrimônio Social		
Superávit/déficit Acumulado		489.622,13
Superávit/Deficit Exercício		75.068,19
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		564.690,32

Reconhecemos sob as penas da lei, a exatidão do presente balanço patrimonial, encerrado em 31 de Dezembro de 2017, em conformidade com elementos fornecidos a contabilidade, cuja soma do ativo e do passivo é de R\$ (564.690,32).

ANDRÉ LUIZ FERNANDES COELHO
CONTADOR DA APAE - CRC091663/O
ANTONIO MIRANDA
PRESIDENTE DA APAE
CPF: 762.943.668-87

PARECER DO CONSELHO FISCAL
O Conselho Fiscal da APAE de Capelinha reunido em 31/12/2017, em cumprimento ao art 41.alínea "b", do Estatuto Social, declara para fins legais e estatutários, que procedeu o minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis que compreendem o Balanço Geral relativo ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2017, tendo encontrado tudo em mais perfeita ordem. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da APAE de Capelinha, em 31 de Dezembro de 2017, assim somos unânimes e favoráveis a aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária das contas apresentadas pela Diretoria referente ao exercício de 2017.
Capelinha 31 de dezembro de 2017
Conselheiros fiscais Efetivos
Maria Valdivia Gomes Godinho - Sebastião Martins Santana - Lilian Barros Murta

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA/MG - EXTRATO DE RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO Nº001/2017.
O Município de Extrema/MG, torna Público o Edital de Resultado da Reaplicação da prova para o cargo de Publicitário do Concurso Público nº 001/2017, realizados nos dias 04/03 (escrita) e 08/04 (reaplicação) de 2018 e abre prazo de recurso referente ao resultado conforme item 10 do respectivo edital. O Edital contendo a relação completa dos aprovados encontra-se disponível no site www.conseesp.com.br. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Extrema/MG, 26/04/2018. João Batista da Silva - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVOHORIZONTE/MG
A Prefeitura Municipal de Novorizonte/MG torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/02, Processo 040/2018 Pregão Presencial 028/2018 - Tipo menor preço - Realização dia 14 de maio de 2018 às 09h:00min. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços assessoria técnica em engenharia civil in loco. Maiores informações poderão ser obtidas no endereço, Avenida João Bernardino de Souza, 714 - Centro, onde o Edital e os Anexos poderão ser retirados, outras informações através do telefone: 038 - 3843-8110, Novorizonte/MG, 27 de abril de 2018.
ARLEY COSTA MENDES - Prefeito Municipal.

HOJE EM DIA
ANUNCIE AQUI (31) 3236.8001

Publicado no DOEMG nº 72, de 19 Abr. 18, página 38
ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR. ERRATA Nº 2127/18 - DCS
Inclusão do Item 1.12 no Edital do CFO BM 2019. O Coronel BM Comandante da Academia de Bombeiros Militar de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP, e considerando o Edital nº 01/2018, que dispõe sobre o Concurso Público ao CFO BM para o ano de 2019, c/c aviso nº 2026/18, publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais - DOEMG nº 26, de 07 fev 18, página 28, resolve: Incluir o Item 1.12 no Edital nº 01/2018, que dispõe sobre o Concurso Público ao Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militar - CFO BM/2019, com a seguinte redação: [...] 1.12. As provas da primeira fase do Concurso acontecerão na cidade de Belo Horizonte, em local e horário a serem definidos pelo CBMMG e FUNDEP, conforme data prevista no anexo "a". "Ato nº 2127/18, foi divulgado no dia 19/04/2018". Belo Horizonte, 17 de Abril de 2018. (A) Cleberson Pereira Santos, CEL BM - Comandante da Academia de Bombeiros Militar.

FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO PROVA DE VIDA 2018
Aviso Urgente e Importante!
Aposentados e pensionistas relacionados abaixo, entrar em contato **URGENTE com a Fundação**, para regularização de seus dados cadastrais, a fim de evitar suspensão do pagamento do seu benefício. Rua Albita, nº131, 4º andar-Cruzeiro/BH - Tel: 4002.1299 - 0800.770 2299.

Nome
ALCILENE ALVES NUNES
AMELIA FRANCISCA P LEITE MORA
ANTONIO JACINTHO DIAS JUNIOR
ANTONIO JOSE DE MENEZES VICTOR
CLEUZA SILVA CUNHA
DELZA PEREIRA FARIA
DONIZETTI APARECIDO DE OLIVEIRA
ELCIO DIAS DE OLIVEIRA
EMIDIO LOPES FARIA
FRANCISCO DE PAULA BONILHA NT
IGILZEDA OLIVEIRA DE ARAULO
ILZA COLEPICOLO LEGATI
JACI MENESES DE PAULA
JACYRA DE ALBUQUERQUE SAMPAIO
JAIR LOPES DA SILVA
JUVENIL DE CARVALHO
LUCIA DE FATIMA DOS SANTOS
MARCIA ROSANA MORAIS RAMOS
MARIA DO CARMO DE MELO
MARISTELA APDA BARBOSA GOMES
MAURICIO ESPER
NILA VIANA BHERING
PEDRO CARLOS DOS SANTOS
RITA CASSIA LARA DE OLIVEIRA
ROSALINA RODRIGUES HESSEL
SANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA
TOMAZIA CONCEICAO DOS SANTOS
VERA LUCIA CASSINI

INSTITUTO FEDERAL NORTE DE MINAS GERAIS
Campus Arinos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS

O Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Arinos, que emitiu a Ordem de Serviço nº 02 – DIRETOR GERAL/ 2017 de 16 de janeiro de 2017 que autoriza o início dos serviços constantes na cláusula primeira do Contrato Administrativo nº 02/2017, tendo em vista a impossibilidade de notificação pessoal e postal dos representantes legais da empresa, por estarem em local incerto e não sabido, de acordo com Avisos de Recebimento-AR, devolvidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e cumprindo o disposto no § 4º, do art. 26 da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, pelo presente edital, NOTIFICA a empresa WMN comércio de Gêneros Alimentícios Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob nº 07.611.027/0001-60 para, caso queira, APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS, na forma do art. 44 da lei nº 9.784/99. Fica, ainda, a parte CIENTIFICADA de que as alegações finais devem ser dirigidas à Coordenadoria de Licitações e Contratos da Diretoria de Administração, localizada no 2º andar do prédio do CDTI do IFNMG – Campus Arinos, Rod MG 202 km 407 – Caixa Postal: 05 – CEP: 38.680-000 Arinos – MG, estando o Processo à disposição para consulta por meio eletrônico, desde que a Empresa solicite acesso por meio do telefone (038)3201-3095 ou (038)3201-3093 ou pelo e-mail: jacqueline.ferreira@ifnmg.edu.br.

Jacqueline de Moura Ferreira
Coordenação de Compras Contratos e Convênios